

OAB: Governo impossibilita Constituição democrática

BRASÍLIA — O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann Baeta, afirmou ontem perante a Comissão Mista que examina a emenda de convocação da Constituinte, que a mensagem presidencial impossibilita, dos pontos de vista doutrinário e prático, a elaboração de uma Constituição democrática, por atribuir poder constituinte originário ao futuro Congresso.

Na opinião de Baeta, não é concebível que o poder constituinte, que "pode tudo, até desconstituir", fique dependendo de um poder constituído, nem que deputados e senadores venham a "desconstituir o poder para o qual foram eleitos".

Falando em nome da OAB e portanto de 250 mil advogados, Baeta fez questão de ser bem claro:

— Não iremos assumir a responsabilidade de sermos coniventes com a elaboração de uma Constituição que não seja capaz de resolver os problemas da Nação.

Já o jurista e professor paulista Fábio Comparato, que debateu a matéria logo a seguir na mesma Comissão Mista, não parece ver na Constituição um instrumento capaz de resolver os problemas da Nação, que são os do povo. Disse ele:

— Constituição não dá de comer ao povo, mas a falsa mística constitucional pode dar ao povo não indiferença, mas nojo à Constituição.

Ambos, entretanto, Baeta e Comparato, são igual e totalmente contrários à Comissão de Estudos Pré-Constitucionais, também convocada pelo Governo, da qual, aliás, Comparato rejeitou participar, pois era um dos nomes da lista inicial. E em tudo o mais ambos concordaram, até na contundência, que levou, por exemplo, Baeta a dizer que "seria muito mais sincero que se dissesse ao povo que não se quer uma nova Constituição, mas emendas ao texto em vigor" e que "o advogado não aceita Constituinte não soberana ou simulação de Constituinte".

ANC 88
Pasta 09/85
037/1985

Comissão vai debater a nova Carta pelos municípios de todo o Brasil

BRASÍLIA — A Comissão Pré-Constituinte da Câmara pretende viajar por todo o País, levando o debate sobre a Constituinte e os problemas brasileiros também aos municípios. Segundo o Presidente da Comissão, Deputado Alencar Furtado, isso acontecerá assim que estiver terminado, em Brasília, o trabalho de estruturar a participação das entidades nacionais — profissionais, religiosas e dos trabalhadores — nas atividades da Pré-Constituinte.

A Comissão vai se reunir todas as quintas-feiras e funcionará até o final da legislatura. Na reunião de ontem, foram separadas 35 áreas de interesse, como comunicação e informática e reformas agrária, sindical e do Judiciário. Já estão sendo enviados convites a entidades para participação nos trabalhos da Co-

missão, entre elas a Federação Nacional dos Jornalistas, a Confederação Nacional do Ministério Público, a União Parlamentar Interestadual, a União dos Evangélicos do Brasil, OAB e CNBB. Para a discussão da área sindical serão convidadas a CUT e a Conclat.

Em São Paulo, o Cardeal-Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns afirmou que a nova Constituição deve proibir expressamente "a tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou degradantes". Em Juiz de Fora (MG), o Deputado Luiz Sefair (PMDB-MG) informou ter concluído um estudo sobre os custos da campanha dos constituintes. Segundo ele, para chegar à Constituinte cada candidato gastará no mínimo Cr\$ 2,5 bilhões.

D. Avelar quer valorização do homem e melhoria na distribuição dos bens

SALVADOR — "A nova Constituição brasileira deve ser elaborada com a preocupação de dar elementos capazes de ensejar a valorização do homem no campo sócio-econômico-político, promover uma melhor distribuição dos bens e refletir também os valores éticos que irão orientar a caminhada de um povo".

A afirmação é do Cardeal-Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela. Segundo ele, a nova Carta constitucional deve "refletir a alma do País, levar em conta a vocação cultural do seu povo e observar uma linha democrática, fugindo a qualquer polarização de natureza radical".

Dom Avelar entende que todos os segmentos sociais e grupos políticos

devem ter representação na Constituinte, para que o trabalho final expresse toda a sociedade brasileira, "mas não se deve cometer o erro de querer confundir o pensamento de todo o povo brasileiro com o pensamento de um único grupo, seja de que ideologia for".

E o Cardeal afirmou que a Igreja pretende participar do processo da Constituinte, "mas as formas dessa participação não estão muito coordenadas". Contudo, revelou que, no início do próximo mês, a Arquidiocese de Salvador constituirá uma comissão de leigos altamente categorizados (juristas, sociólogos, políticos, trabalhadores) para produzir e oferecer "um corpo de sugestões que venham ao encontro do anseio e das necessidades do povo brasileiro".